CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

A ilha do conhecimento

Quanto podemos conhecer do mundo? Será que podemos conhecer tudo? Ou será que existem limites fundamentais para o que a ciência pode explicar? Se esses limites existem, até que ponto podemos compreender a natureza da realidade?

O que vemos no mundo é uma ínfima fração do que existe. Muito do que existe é invisível aos olhos, mesmo quando aumentamos nossa percepção sensorial com telescópios, microscópios e outros instrumentos de exploração. Tal como nossos sentidos, todo instrumento tem um alcance limitado. Como muito da Natureza permanece oculto, nossa visão de mundo é baseada apenas na fração da realidade que podemos medir e analisar. A ciência, nossa narrativa descrevendo aquilo que vemos e que conjecturamos existir no mundo natural, é, portanto, necessariamente limitada, contando-nos apenas parte da história. Quanto à outra parte, que nos é inacessível, pouco podemos afirmar. Porém, dados os sucessos do passado, temos confiança de que, passado tempo suficiente, parte do que hoje é mistério será incorporado na narrativa científica – desconhecimento se tornará conhecimento.

Essa visão dos nossos limites nada tem de anticientífica ou derrotista. Também não se trata de uma proposta para que sucumbamos a algum obscurantismo religioso. Pelo contrário, o impulso criativo, o desejo que temos de sempre querer saber mais, vem justamente do flerte com o mistério, da compulsão que temos de ir além das fronteiras do conhecido. O não saber é a musa do saber.

Nos últimos duzentos anos, avanços na física, na matemática e, mais recentemente, nas ciências da computação, nos ensinaram que a própria Natureza tem um comportamento esquivo do qual não podemos escapar. A própria Natureza – ao menos como nós percebemos – opera dentro de certos limites. O filósofo grego Heráclito já havia percebido isso quando escreveu, 25 séculos atrás, que "A Natureza ama esconder-se".

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **A ilha do conhecimento**. São Paulo: Editora Record, 2023, p. 13-14 e 19)

1. Segundo o autor do texto, o conhecimento integral do mundo não parece possível porque
   (A) as teses anticientíficas têm prosperado de tal modo que impedem os ganhos reais da tecnologia.
   (B) os métodos científicos deixam de observar o mundo real para especularem o plano do sobrenatural.
   (C) há limites já determinados tanto pelo alcance da ciência quanto pelo comportamento mesmo da Natureza.
   (D) os avanços na física e na matemática têm se mostrado inócuos para alguma aplicação de fato objetiva.
   (E) a compreensão que temos dos fenômenos naturais esbarra na irregularidade das funções cerebrais.

2. Há afirmações taxativas quanto à insuficiência nossa na compreensão do mundo. Ainda assim, o autor acredita que
   (A) o obscurantismo contribui com a ciência ao satisfazer-se com os mistérios que momentaneamente nos cercam.
   (B) não há por que temer o obscurantismo que algumas religiões estabelecem e propagam.
   (C) o avanço das ciências de ponta, nos últimos duzentos anos, é mais do que promissor.
   (D) o fato de haver tantos enigmas no mundo deve estimular os impulsos na busca de esclarecimento.
   (E) a natureza mesma acabará por desvelar-se quando nossas técnicas científicas se provarem ilimitadas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento do texto em:
   (A) *vem justamente do flerte com o mistério* (3º parágrafo) = de fato deriva de um namoro com o oculto
   (B) *uma ínfima fração do que existe* (2º parágrafo) = uma irrelevante potenciação da existência
   (C) *fração da realidade que podemos medir* (2º parágrafo) = aspecto real quase incomensurável
   (D) *conjecturamos existir no mundo natural* (2º parágrafo) = incluímo-nos supostamente na natureza
   (E) *compulsão que temos de ir além* (3º parágrafo) = intento que admitimos ao avançar

4. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
   (A) Já haviam há 25 séculos pensadores que, como Heráclito, aplicava-se a reconhecer o limite que nos impunha as razões da própria Natureza.
   (B) Nem tudo o que podemos conhecer dos fenômenos naturais encontra-se à disposição das técnicas científicas que ora se prestigiam.
   (C) É ínfima a fração dos fatos compreensíveis que se calculam haver em nosso mundo, ainda quando nos pareçam de grande relevância.
   (D) Não cabem aos cientistas decretar o que podem ou não ser por eles conhecido, desde que a própria Natureza em seus mistérios teimam ocultar-se.
   (E) Aos avanços das ciências exatas não correspondem, na exata medida, o avanço do conhecimento pleno que a tantos entusiasmam.

5. Pode-se substituir adequadamente o segmento sublinhado pelo indicado entre parênteses no seguinte caso:
   (A) O avanço das ciências é um fato <u>do qual ninguém duvida</u> (cuja desconfiança ninguém nutre)
   (B) Ele tem um comportamento <u>do qual não consegue abdicar</u> (de cujo não consegue renunciar)
   (C) São mistérios <u>a que não podemos acessar</u> (aonde não sabemos tocar)
   (D) É limitado esse instrumento <u>de que vamos nos servir</u> (ao qual iremos nos utilizar)
   (E) É somente uma fração do real <u>a que pode chegar nossa percepção</u> (que nosso entendimento alcança)

6. Transpondo-se para a **voz passiva** a frase *até que ponto podemos compreender a natureza da realidade?* (1º parágrafo), a forma verbal a se adotar deverá ser

(A) poderá ter sido compreendida
(B) podemos ter compreensão
(C) podia compreender-se
(D) pode ser compreendida.
(E) se poderia compreender

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Novo movimento

As revoluções dos últimos dois séculos foram tão rápidas e radicais que transformaram a característica mais fundamental da ordem social. Tradicionalmente, a ordem social era firme e rígida. "Ordem" implicava estabilidade e continuidade. Revoluções sociais rápidas eram excepcionais, e a maioria das transformações sociais resultava da acumulação de uma série de pequenos passos. Os humanos tendiam a presumir que a estrutura social era inflexível e eterna. As pessoas costumavam declarar: "é assim que sempre foi, e é assim que sempre será".

Nos últimos dois séculos, o ritmo das mudanças se tornou tão rápido que a ordem social adquiriu um caráter dinâmico e maleável. Agora existe em estado de fluxo permanente. Quando falamos de revoluções modernas, tendemos a pensar em 1789 (a Revolução Francesa), 1848 (as revoluções liberais) ou 1917 (a Revolução Russa). Mas o fato é que, atualmente, todo ano é revolucionário. Hoje, até mesmo uma pessoa de 30 anos pode dizer honestamente a adolescentes incrédulos: "Quando eu era jovem, o mundo era completamente diferente". A internet, por exemplo, só se disseminou no início dos anos 1990, poucas décadas atrás; hoje, não podemos imaginar o mundo sem ela.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Trad. de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 375-376)

7. Constituem, respectivamente, uma ***causa*** e sua ***consequência***, os seguintes segmentos do texto:

(A) *até mesmo uma pessoa de 30 anos / pode dizer honestamente a adolescentes incrédulos* (2º parágrafo)
(B) *implicava estabilidade e continuidade / a ordem social era firme e rígida* (1º parágrafo)
(C) *é assim que sempre foi / e é assim que sempre será* (1º parágrafo)
(D) *o ritmo das mudanças se tornou tão rápido / a ordem social adquiriu um caráter dinâmico e maleável* (2º parágrafo)
(E) *tendemos a pensar em 1789* (...), *1848* (...) *ou 1917* (...) / *Quando falamos de revoluções modernas* (2º parágrafo)

8. A constatação de que as mudanças agora ocorrem *em estado de fluxo permanente* (2º parágrafo) culmina numa conclusão radical:

(A) *pode dizer honestamente a adolescentes incrédulos.*
(B) *todo ano é revolucionário.*
(C) *tendemos a pensar em 1789.*
(D) *o mundo era completamente diferente.*
(E) *só se disseminou no início dos anos 1990.*

9. Ela disse ao seu amigo, tempos atrás: – Você pode não acreditar, mas quando eu era jovem, meu mundo era inteiramente diferente do em que ambos vivemos hoje.

Transpondo-se o comentário acima, atrelado ao assunto do texto, para o **discurso indireto**, uma construção adequada será: **Ela disse ao seu amigo, tempos atrás, que**

(A) podia até mesmo não acreditar, pois quando ela era jovem o mundo deles era inteiramente diferente do que passaram a viver.
(B) podia-se não acreditar, tendo em vista que na sua juventude era inteiramente diferente do que vivemos hoje.
(C) mesmo que ele não acreditasse, quando era jovem, vivia-se num mundo inteiramente do que se vive hoje.
(D) ele podia não acreditar que quando jovem, o mundo dele era inteiramente diferente do que ambos viveriam hoje.
(E) ele podia não acreditar, mas o mundo dela, quando jovem, era inteiramente diferente daquele em que ambos estavam vivendo.

10. Está corretamente pontuada esta outra construção de uma frase do texto:

(A) Foi a partir dos anos 1990, e só então, que a internet veio a se disseminar.
(B) Foram tão radicais, as revoluções, dos dois últimos séculos que transformaram a característica fundamental, da ordem social.
(C) Era firme e rígida, tradicionalmente a ordem social.
(D) Atualmente, o fato é que, todo ano, é revolucionário.
(E) Uma pessoa de 30 anos, hoje pode dizer, a adolescentes incrédulos honestamente.

11. Exemplifica-se adequadamente o uso da característica indicada de redação oficial em:

(A) **Padrão culto**: É em artigos como este, onde poucos acreditam ser verdadeiros, em cujos se pode deduzir a má fé de todos os seus signatários.

(B) **Concisão**: Atualmente, Excelência, a vida contemporânea não nos tem poupado de sobressaltos que nos intranquilizam a todos indiscriminadamente.

(C) **Tratamento**: Peço-lhe, caro colega, que, na eventualidade de uma licença do Ministro, dê a ver a Sua Excelência, tão logo retorne, esta redação da nova portaria.

(D) **Clareza**: É possível que tal conclusão derive de um desacerto de opinião para a qual concorreram motivos que haveriam de corroborá-la.

(E) **Impessoalidade**: É mister que me dirija a Vossa Excelência, tributária de minha admiração, para que se digne a me honrar com seu senso de justiça.

Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência

12. Considere:

I. Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como aprendizado ao longo de toda a vida.

II. Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

III. Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

As assertivas acima tratam, dentre outras, de incumbências do poder público relativas ao direito à educação da pessoa com deficiência. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, aplicam-se, obrigatoriamente, às instituições privadas, as medidas descritas em

(A) II e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I, apenas.
(D) I, II e III.
(E) III, apenas.

13. A Prefeitura de determinado Município do Estado do Rio Grande do Norte pretende instalar lixeira em área de circulação comum para pedestre. Considerando que o projeto contempla instalação em local para permitir sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mas que representa risco de acidente a esse público, nos termos da Lei nº 10.098/2000, a lixeira

(A) deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

(B) poderá ser instalada, independentemente de qualquer medida pelo poder público, cabendo à pessoa com deficiência providenciar os meios necessários para evitar acidentes, como por exemplo, utilizar-se de cães-guia.

(C) não poderá, em hipótese alguma, ser implementada.

(D) deverá ser indicada mediante sinalização sonora suave e intermitente, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

(E) poderá ser indicada com qualquer tipo de mecanismo que sirva de guia ou orientação para a pessoa com deficiência.

Noções de Sustentabilidade

14. Segundo a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado, denomina-se:

(A) coleta seletiva solidária.
(B) logística sustentável.
(C) gestão documental.
(D) ponto de equilíbrio.
(E) prática de racionalização.

15. Considere:

I. As ações culturalmente diversas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

II. Resíduos recicláveis descartados consistem em materiais não mais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos do Poder Judiciário.

III. No conceito de "quadro auxiliar" estão inseridos, dentre outros, juízes(as) leigos(as) e voluntários(as).

Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, está correto o que consta APENAS de

(A) II.
(B) I.
(C) II e III.
(D) III.
(E) I e III.

Código de Ética e Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

16. Conforme dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, ao receber a correição parcial, o corregedor apreciará eventuais providências liminares e assinará prazo de dez dias corridos à autoridade reclamada para apresentação de informações com a documentação que entender pertinente. O prazo mencionado

(A) poderá ser prorrogado pelo Vice-Presidente do Tribunal, por mais cinco dias corridos, na ocorrência de força maior ou outro motivo relevante, independentemente de solicitação pela autoridade reclamada.

(B) poderá ser prorrogado pelo Corregedor, por mais dez dias corridos, na ocorrência de força maior ou outro motivo relevante, desde que solicitado pela autoridade reclamada.

(C) não poderá ser prorrogado.

(D) poderá ser prorrogado pelo Corregedor, por mais dez dias corridos, na ocorrência de força maior ou outro motivo relevante, independentemente de solicitação da autoridade reclamada.

(E) poderá ser prorrogado pelo Vice-Presidente do Tribunal, por mais quinze dias corridos, na ocorrência de força maior ou outro motivo relevante, desde que solicitado pela autoridade reclamada.

---

17. Em uma situação hipotética, Rosa, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, foi denunciada por suposta infração ao Código de Ética do aludido Tribunal. Após a instauração do processo de apuração, se a conclusão for pela existência de falta ética, os autos serão encaminhados à Comissão de Ética para a aplicação da respectiva penalidade. Acerca do tema, segundo as disposições da Resolução Administrativa nº 23/2021 (Código de Ética do TRT 21ª Região),

(A) o Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região prevê a possibilidade de aplicação de três tipos de penalidades éticas: censura, advertência e suspensão.

(B) o processo administrativo de apuração de infração ética é instaurado obrigatoriamente mediante portaria baixada pela Vice-Presidência do Tribunal.

(C) a penalidade aplicada em razão da violação das normas estipuladas no Código de Ética poderá ser aplicada concomitantemente com outra penalidade disciplinar, quando a infração for assim capitulada pela legislação própria.

(D) a denúncia contra servidor por suposta infração às normas constantes do Código de Ética poderá ser escrita ou oral, mas sempre fundamentada.

(E) após o decurso do prazo recursal de dez dias úteis, a penalidade ética aplicada será publicada no Boletim Interno.

Noções de Google Workspace

18. Após fazer *login* na sua conta Google, um Advogado clicou na opção Google Apps e na opção Meet para criar uma videoconferência. Em seguida, clicou no botão Nova Reunião e, no menu que apareceu, encontrou, disponíveis para escolha, as opções: Criar uma reunião para depois, Iniciar uma reunião instantânea e

(A) Agendar no Google Agenda.

(B) Cancelar uma reunião.

(C) Editar uma reunião existente.

(D) Participar de uma reunião agendada.

(E) Agendar uma reunião via Gmail.

---

19. Após clicar no ícone da engrenagem (Configurações) no canto superior direito da interface do Gmail, configurada para usar o idioma português, um Advogado clicou no botão Mostrar todas as configurações e, na guia Geral da janela que aparece, dentre as opções de configuração disponíveis, está a opção para configurar

(A) informações da conta, como senha, dados para recuperação e outras configurações de segurança.

(B) o encaminhamento das mensagens do Gmail automaticamente para outra conta.

(C) uma resposta automática de férias, que envia uma resposta automatizada às mensagens recebidas.

(D) filtros de endereços de *e-mail* bloqueados que serão encaminhados automaticamente à caixa de *spam*.

(E) a adição do Gmail a outros clientes de *e-mail*, como Microsoft Outlook, Apple Mail ou Mozilla Thunderbird.

---

20. Após fazer *login* na sua conta do Google Workspace configurada para usar o idioma português, um Advogado clicou na opção Drive, para acessar sua pasta no Google Drive. Na pasta, para visualizar informações sobre o arquivo, como quem pode acessar, o tipo do arquivo, o tamanho, o proprietário, quando foi criado, aberto ou modificado, deve

(A) selecionar o arquivo e pressionar a tecla F1 sobre ele.

(B) clicar no ícone da engrenagem (Configurações) e na opção Informações sobre o documento.

(C) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo e selecionar a opção Sobre.

(D) clicar no ícone com a imagem de um ponto de interrogação, à direita do nome do documento.

(E) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo, selecionar a opção Informações sobre o arquivo e a opção Detalhes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito do Trabalho

21. O trabalho temporário, assim considerado aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário, que a coloca à disposição de uma tomadora de serviços ou cliente, tem regulamentação legal própria e, especificamente em relação à empresa de trabalho temporário, o legislador estabelece

(A) que a mesma deve manter contrato de trabalho escrito com os trabalhadores colocados à disposição da tomadora de serviços, do qual deverá constar expressamente o prazo de contratação, que não pode ser superior a cento e vinte dias, admitida uma única prorrogação por até sessenta dias.

(B) um percentual a ser pago a ela pelo trabalhador, correspondente a 10% sobre a primeira remuneração recebida, a título de comissão pela intermediação.

(C) a possibilidade de contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no País, visando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e a não discriminação.

(D) ser vedado a ela ter ou utilizar, em seus serviços, trabalhador temporário, exceto quando o trabalhador for contratado por outra empresa de trabalho temporário, e for comprovada a necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou demanda complementar de serviços.

(E) que o pedido de registro da empresa de trabalho temporário, a ser realizado perante o Ministério do Trabalho, deverá ser instruído com prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, de inscrição na Junta Comercial e de possuir capital social de, no mínimo, R$ 120.000,00.

---

22. A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter eventual, bem como para o exercício por conta própria da atividade profissional remunerada. Como documento essencial para a identificação profissional, a CTPS

(A) terá como identificação única do empregado o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

(B) deve ser anotada pelo empregador, no prazo máximo de 48 horas, em relação aos trabalhadores que admitir, com indicação da data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.

(C) servirá de prova nos atos em que não seja exigida a exibição de carteira de identidade pelo trabalhador e, para todos os efeitos legais, perante a Previdência Social, para declaração de dependentes.

(D) deve ter anotações feitas na data-base, a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador, e no caso de rescisão contratual, sendo que quaisquer outras anotações são facultativas por parte do empregador.

(E) deve conter anotações de todos os dados decorrentes do contrato de trabalho e de sua extinção, possuindo campo próprio para que o empregador indique o motivo da rescisão, inclusive se por justa causa.

---

23. De acordo com as previsões legais e o entendimento da jurisprudência pacificada do TST sobre estabilidades provisórias no emprego,

(A) a estabilidade no emprego do empregado a cargo de dirigente sindical inicia-se com o registro da candidatura, ainda que esta seja realizada no curso do aviso prévio, mas desde que este seja trabalhado.

(B) o membro da comissão de representantes dos empregados instituída no âmbito da empresa tem assegurada estabilidade no emprego, não podendo sofrer dispensa que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro no período entre a nomeação e até um ano após o término do mandato.

(C) o empregado contratado por prazo determinado não goza de estabilidade decorrente de acidente de trabalho, sendo que os efeitos da dispensa, no entanto, somente se concretizam após o término do benefício previdenciário.

(D) aos eleitos como membros suplentes da diretoria do sindicato e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é assegurada a estabilidade no emprego, mas aos membros suplentes da Comissão de Conciliação Prévia e da comissão de representantes dos empregados no âmbito da empresa essa garantia não se aplica.

(E) para que seja reconhecida a estabilidade do trabalhador acidentado, é necessário que o empregado fique afastado do trabalho por período superior a 15 dias e que receba o auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

---

24. Como situação excepcional, as férias coletivas, concedidas a todos os empregados da empresa, ou de determinado estabelecimento ou setor da empresa,

(A) são de 30 dias corridos, mas devem ter sua duração proporcional à vigência do contrato de trabalho dos empregados contratados há menos de 12 meses, sendo que o restante dos dias de férias desses empregados será cumulado com as férias do próximo período aquisitivo.

(B) podem ser gozadas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias cada um.

(C) admitem a conversão, pelo empregado, de 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, desde que haja previsão nesse sentido em acordo coletivo de trabalho.

(D) por decorrerem de situações de dificuldades operacionais ou financeiras do empregador, devem ser pagas até o término do respectivo período, sempre acrescidas de 1/3.

(E) devem ser precedidas, com antecedência de 15 dias úteis, de comunicação pelo empregador ao órgão local do Ministério do Trabalho e aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional, bem como de afixação do aviso nos locais de trabalho.

25. Em relação ao trabalho avulso exercido nas atividades de movimentação de mercadorias em geral, em áreas urbanas ou rurais, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o legislador estabelece diversas regras, entre as quais,

(A) as empresas tomadoras do trabalho avulso são responsáveis pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.

(B) o monopólio na contratação desses trabalhadores para a execução de atividades de cargas e descargas de mercadorias a granel e ensacados, costura, pesagem, embalagem, enlonamento, ensaque, arrasto, posicionamento, acomodação, reordenamento e reparação da carga.

(C) a responsabilidade subsidiária das empresas tomadoras do trabalho avulso pelo pagamento da efetiva remuneração do trabalho contratado e pelo recolhimento dos encargos fiscais e previdenciários.

(D) o dever do tomador de serviços de pagar ao sindicato, no prazo de 48 horas úteis contadas do encerramento do trabalho contratado, os valores devidos pelos serviços prestados ou dias trabalhados, acrescidos, proporcionalmente, do repouso semanal remunerado, do 13º salário e da remuneração das férias.

(E) o dever do sindicato intermediador de repassar aos respectivos beneficiários, no prazo máximo de 48 horas úteis contadas a partir do seu arrecadamento, os valores devidos e pagos pelos tomadores de serviço.

26. Com fundamento no princípio constitucional da não discriminação salarial e na garantia constitucional da isonomia, o legislador assegura a todo trabalho de igual valor o pagamento de salário igual. Nesse sentido, de acordo com a lei e a jurisprudência pacificada do TST,

(A) quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, exclui as hipóteses de equiparação salarial e de reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

(B) decorrendo a diferença salarial de hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, será assegurado ao empregado discriminado o direito ao pagamento das diferenças salariais devidas, além do direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

(C) em caso de cessão de empregados entre órgãos governamentais, tendo em vista as diferenças de carreiras existentes e as previsões orçamentárias de cada um deles, o empregado cedido não tem direito à equiparação salarial.

(D) a equiparação salarial é possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função e, em caso de pretensão de diferenças salariais em relação a paradigma remoto, incide a prescrição parcial, salvo se este tiver obtido a vantagem em ação judicial própria, caso em que inexiste direito à equiparação.

(E) para que se reconheça o direito à equiparação salarial, empregado e paradigma, ainda que trabalhem em estabelecimentos empresariais distintos, devem exercer idêntica função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm ou não a mesma denominação.

27. Entre as diversas medidas legislativas para garantir a proteção à saúde e à segurança do trabalhador está prevista a instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), em relação à qual o legislador prevê que:

(A) os titulares da representação dos empregados e do empregador na CIPA não poderão sofrer dispensa sem justa causa e, considerando a importância de sua atuação na defesa da saúde e da integridade física dos trabalhadores, a dispensa por justa causa depende do reconhecimento judicial da prática da falta grave imputada.

(B) a mesma é órgão de representação que visa a proteção do trabalhador no ambiente de trabalho, razão pela qual seus membros, representantes dos empregados e representantes dos empregadores, são eleitos em escrutínio secreto, do qual participem exclusivamente os empregados interessados.

(C) o mandato dos membros eleitos da CIPA, representantes dos empregados e representantes do empregador, terá duração de um ano, permitidas duas reeleições.

(D) os empregados elegerão, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA, e o empregador designará, dentre os seus representantes, o Vice-Presidente.

(E) ocorrendo a dispensa de representante dos empregados na CIPA, o empregador deverá, em caso de reclamação trabalhista, comprovar a existência de motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro justificador da dispensa, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

28. O ordenamento jurídico contém diversas normas que enumeram regras de proteção específicas em relação ao trabalho da mulher, entre as quais a previsão de que:

(A) o grupo econômico que tenha entre as empresas dele integrantes uma que seja detentora do Selo Emprega + Mulheres poderá utilizá-lo para fins de divulgação das marcas, produtos e serviços do grupo como um todo e de cada uma de suas empresas integrantes.

(B) os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 18 anos de idade deverão ter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

(C) a implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de acordo individual, de acordo coletivo ou de convenção coletiva, sendo que os instrumentos coletivos em referência estabelecerão condições, prazos e valores, sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.

(D) havendo previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, e independentemente de requisição formal da empregada para estimular a qualificação e o desenvolvimento de habilidades e de competências em áreas estratégicas ou com menor participação feminina, o empregador poderá, uma vez por ano, suspender o contrato de trabalho da mesma para sua participação em curso ou em programa de qualificação profissional.

(E) para a promoção de um ambiente laboral sadio, seguro e que favoreça a inserção e a manutenção de mulheres no mercado de trabalho, as empresas poderão adotar, no âmbito da CIPA, medidas que visem à prevenção e o combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho.

Direito Processual do Trabalho

29. No processo do trabalho, a previsão legal do *jus postulandi* torna facultativa às partes a constituição de procurador *ad judicia*. A constituição de advogado, no entanto, depende de instrumento de procuração ou de substabelecimento, em relação aos quais a jurisprudência sumulada do TST adota o entendimento de que

(A) o mandato tácito somente autoriza a atuação do advogado na representação da parte para os atos em primeira instância, sendo que a interposição de recursos e a prática de qualquer ato no âmbito dos tribunais depende de mandato expresso.

(B) não é válido, por incompatibilidade lógica, instrumento de mandato que contenha previsão de poderes com prazo determinado e previsão de prevalência dos poderes para atuação até o final da demanda.

(C) a validade dos atos praticados pelo substabelecido depende de poderes expressos constantes na procuração para o advogado substabelecer.

(D) União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, têm o prazo em dobro para juntada nos autos de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.

(E) não é admitido recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição, salvo mandato tácito, sendo que, excepcionalmente, e independentemente de intimação, admite-se que o advogado exiba a procuração no prazo de 5 dias após a interposição do recurso, prorrogável por igual período mediante despacho do juiz, sob pena de se considerar ineficaz o ato praticado e não se conhecer do recurso.

---

30. Na execução por quantia certa, realizadas a penhora e a avaliação do bem, o juiz dará início aos atos de expropriação, através da alienação, da adjudicação ou da apropriação de frutos e rendimentos da empresa ou de estabelecimentos e de outros bens. De acordo com a lei e o entendimento sumulado do TST sobre esses atos de encerramento da execução,

(A) na arrematação, o lance deverá ser garantido com o sinal correspondente a 25% do seu valor, sendo que, se o arrematante, ou seu fiador, não pagar o preço total da arrematação no prazo de 48 horas, perderá, em benefício da execução, o sinal dado, com o retorno dos bens executados à praça.

(B) não sendo cabível recurso específico para impugnação da decisão homologatória de arrematação, a mesma somente pode ser desconstituída por meio de ação rescisória.

(C) a remição da execução pode ser feita pelo executado até 15 dias após a penhora, com o pagamento ou a consignação da importância atualizada da dívida, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios.

(D) a arrematação será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 20 dias, e será realizada em dia, hora e lugar anunciados, com a venda dos bens pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

(E) a arrematação poderá ser invalidada se não for pago o preço ou se não for prestada a caução, ou poderá ser resolvida, quando realizada por preço vil ou com outro vício.

---

31. Embora o Direito Processual do Trabalho tenha o *informalismo* como uma de suas características, existem determinadas formas dos atos processuais que devem, como regra, ser respeitadas, sob pena de nulidade. Nesse sentido, o legislador trabalhista enumera regras sobre as nulidades, estabelecendo que:

(A) considerando os interesses que fundamentam o sistema de nulidades, diante de um defeito do ato processual, qualquer das partes pode arguir a nulidade do mesmo.

(B) a arguição de nulidade depende de provocação da parte, o que deve ser feito em petição a ser apresentada na primeira oportunidade em que a mesma tenha para falar nos autos.

(C) o reconhecimento da nulidade decorre da simples desconformidade do ato processual com a forma estabelecida pela lei para a sua prática e, sendo a mesma verificada, o juiz deve declarar a nulidade do mesmo.

(D) diante de um ato irregular, se possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato, o juiz não pronunciará a nulidade.

(E) declarada a nulidade do ato, consideram-se de nenhum efeito todos os atos antecedentes ao mesmo.

---

32. Com a finalidade de evitar que atuações fraudulentas e práticas abusivas impeçam a satisfação de créditos, o ordenamento jurídico trabalhista passou a adotar expressamente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com previsão de que:

(A) após a instauração do incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se, apresentando defesa e requerendo as provas cabíveis, no prazo de 8 dias.

(B) com a instauração do incidente, o processo será interrompido, podendo o juiz, no entanto, conceder tutela de urgência de natureza cautelar caso presentes os requisitos para tanto.

(C) como consequência do acolhimento do pedido de desconsideração, o juiz declarará a ineficácia, em relação ao requerente, da alienação ou da oneração de bens havida em fraude de execução.

(D) o incidente é medida que visa atingir o patrimônio particular dos sócios da pessoa jurídica, em caso de abuso da personalidade jurídica ou pela confusão patrimonial, não se admitindo, porém, no processo do trabalho, a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

(E) o incidente é medida que pode ser instaurada na fase de cognição e na fase de execução, pelo juízo de primeiro grau, não sendo admitida sua instauração originalmente no âmbito de tribunal.

33. Sobre os procedimentos especiais cabíveis no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais e a jurisprudência sumulada do TST, considere:

I. No processo de homologação de acordo extrajudicial, embora a petição de requerimento do mesmo seja conjunta, cada parte será assistida por seu advogado, sendo facultado ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.

II. O inquérito para apuração de falta grave de dirigente sindical em caso de abandono de emprego deve ser instaurado pelo empregador, junto à Vara do Trabalho, no prazo de 30 dias contado da efetivação do abandono, sob pena de decadência.

III. A não apresentação de defesa pela parte contrária na ação rescisória, implica em revelia e confissão.

IV. Verificando o juiz que a petição inicial do mandado de segurança apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, determinará ao impetrante que, no prazo de 15 dias, a emende ou complete.

V. Em caso de morte do empregado, quando haja dúvida sobre quem tem legitimidade para receber as verbas rescisórias, o empregador pode ajuizar ação de consignação em pagamento, no prazo de 10 dias contados do falecimento, sob pena de multa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e V.

(B) II e III.

(C) I e IV.

(D) III e V.

(E) II e IV.

---

34. Visando o aperfeiçoamento, o detalhamento e a segura e efetiva aplicação da sistemática do julgamento dos recursos repetitivos, introduzida no âmbito do processo do trabalho, o TST aprovou Instrução Normativa prevendo que:

(A) o prazo para julgamento dos recursos afetados é no máximo um ano, sendo que, não ocorrendo o julgamento nesse prazo, o Relator poderá requerer ao Presidente do TST a prorrogação do prazo por mais um ano.

(B) para instruir o procedimento, pode o Relator fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato subjacentes à controvérsia objeto do incidente de recursos repetitivos.

(C) em relação ao processo que foi incluído, pelo Ministro Relator, na afetação de recursos repetitivos, cabe sustentação oral, pelo prazo de 10 minutos, que deve versar exclusivamente sobre os motivos pelos quais a parte entende que o processo não deve ser afetado e não deve ter o seu andamento suspenso.

(D) as partes de processo afetado no incidente deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, podendo, no prazo de 5 dias, requerer a reconsideração da inclusão do mesmo na afetação, através de petição conjunta.

(E) o requerimento fundamentado de um dos Ministros da SDI-1 de afetação da questão a ser julgada em incidente de recursos repetitivos deverá indicar pelo menos cinco recursos de revista ou de embargos representativos da controvérsia e ser formulado por escrito diretamente ao Presidente da SDI-1.

---

35. Visando o equacionamento sobre a compatibilidade das normas do Código de Processo Civil de 2015 com o processo do trabalho, o TST aprovou Instrução Normativa que, especificamente em relação à execução, prevê ser aplicável ao processo do trabalho que:

(A) no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 35% do valor em execução, o executado poderá requerer que o pagamento do restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.

(B) sem prejuízo da inclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, aplicam-se à execução trabalhista a hipoteca judiciária, o protesto de decisão judicial e a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

(C) são sujeitos à execução os bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude à execução.

(D) a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude contra credores quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.

(E) formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado, pessoalmente, o executado, de preferência por oficial de justiça.

36. Em relação ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes, e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho definiu que:

(A) as entidades, os Conselhos e os órgãos de fiscalização profissional deverão informar aos Tribunais sobre suspensões e outras situações que importem empecilho ao exercício da atividade profissional, no prazo de até 30 dias após a aplicação da sanção ao profissional.

(B) para inscrição e atualização do cadastro, os profissionais ou órgãos deverão informar a ocorrência de prestação de serviços na condição de assistente técnico, apontando sua especialidade, a unidade jurisdicional em que tenha atuado, o número do processo, o período de trabalho e o nome do contratante.

(C) para a formação do cadastro, os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho receberão indicação de profissionais dos respectivos Conselhos Profissionais, no prazo de 30 dias após publicação da solicitação em jornais de grande circulação da sede do Tribunal.

(D) o cadastro será reavaliado pelo Tribunal Regional do Trabalho, a cada dois anos, visando a manutenção da qualidade técnica, a experiência e a celeridade na execução dos trabalhos por parte dos profissionais técnicos.

(E) é vedado o exercício de encargo de perito, tradutor ou intérprete ao profissional ou órgão que tenha servido como assistente técnico de qualquer das partes nos últimos cinco anos anteriores.

Direito Civil

37. No dia 05 de janeiro de 2015, Leandro, maior e capaz, agindo com imprudência e imperícia, praticou ato que, em 10 de fevereiro de 2015, veio a causar danos materiais a Paula, que contava, à época, com apenas dois anos de idade. Os pais de Paula, contudo, só notaram a ocorrência desses danos em 15 de março de 2015, tendo descoberto que eles foram causados por ato de Leandro somente em 20 de abril de 2015. Nesse caso, considerando que a pretensão de reparação civil prescreve em três anos, é válido concluir, com base no Código Civil, que a pretensão indenizatória de Paula contra Leandro

(A) ainda não prescreveu.

(B) prescreveu em janeiro de 2018.

(C) prescreveu em fevereiro de 2018.

(D) prescreveu em março de 2018.

(E) prescreveu em abril de 2018.

38. Arnaldo tem 21 anos e é pródigo. Bruna tem 95 anos e, por causa permanente, não é capaz de exprimir sua vontade. Cláudia tem 16 anos e é casada. Daniel tem 15 anos e é viciado em tóxico. De acordo com o Código Civil,

(A) apenas Arnaldo, Bruna e Cláudia são relativamente incapazes.

(B) todos eles são relativamente incapazes.

(C) todos eles são absolutamente incapazes.

(D) apenas Arnaldo e Bruna são relativamente incapazes.

(E) apenas Bruna e Daniel são absolutamente incapazes.

39. São fatos jurídicos:

(A) os negócios jurídicos, mas não os atos jurídicos.

(B) os eventos da natureza que ensejam consequências jurídicas e os atos jurídicos, mas não os negócios jurídicos.

(C) os eventos da natureza que ensejam consequências jurídicas, os atos jurídicos e os negócios jurídicos.

(D) somente aqueles que decorram da vontade humana, como os atos jurídicos e os negócios jurídicos.

(E) os atos jurídicos, mas não os negócios jurídicos.

40. João e Maria concluíram entre si negócio jurídico cujo objeto era impossível ao tempo da celebração. Porém, antes de realizada a condição a que o negócio foi subordinado, a impossibilidade do objeto cessou. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, o negócio é

(A) válido, mas só produzirá efeitos se for ratificado pelas partes depois de realizada a condição.

(B) nulo de pleno direito, não admitindo convalidação.

(C) anulável, mas poderá ser convalidado se, depois de realizada a condição, for ratificado pelas partes.

(D) nulo de pleno direito, mas poderá ser convalidado se, depois de realizada a condição, for ratificado pelas partes.

(E) válido e, realizada a condição, produzirá efeitos independentemente de ratificação.

41. De acordo com o Código Civil, o mandato

(A) outorgado por instrumento público não poderá ser substabelecido por instrumento particular.
(B) pode ser aceito de forma tácita.
(C) pode ser outorgado por instrumento particular, mesmo que a lei exija instrumento público para o ato a ser praticado.
(D) poderá ser verbal, mesmo quando o ato deva ser celebrado por escrito, se assim for o costume do local.
(E) confere, em termos gerais, poderes para alienar, hipotecar, transigir ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária.

Direito Processual Civil

42. Acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas, considere:

I. Sua instauração é cabível quando houver, alternativamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
II. Salvo se sua instauração for por ele requerida, o Ministério Público não intervirá no incidente.
III. Uma vez instaurado, a desistência do processo não impede o exame de mérito do incidente.
IV. É cabível mesmo quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
V. Sua admissão implica a suspensão do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

(A) IV e V.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e IV.
(E) III e V.

43. De acordo com o Código de Processo Civil, a distribuição do ônus da prova

(A) pode ser objeto de convenção das partes, desde que celebrada antes do processo.
(B) constitui matéria de ordem pública, não podendo ser objeto de convenção das partes em nenhuma hipótese.
(C) constitui matéria de ordem pública, podendo ser objeto de convenção das partes apenas nas ações sem conteúdo patrimonial expressamente previstas em lei.
(D) pode ser objeto de convenção das partes, salvo quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito, ou recair sobre direito indisponível da parte.
(E) pode ser objeto de convenção das partes em quaisquer hipóteses, salvo apenas nas ações envolvendo incapazes.

44. De com as normas do Código de Processo Civil que disciplinam a execução por quantia certa, são formas de expropriação:

(A) a penhora e o arresto, apenas.
(B) a adjudicação e a penhora, apenas.
(C) a alienação, a adjudicação, o arresto, a penhora e a remição.
(D) a alienação, a penhora e a remição, apenas.
(E) a adjudicação, a alienação e a apropriação de frutos e rendimentos de empresa.

45. Em ação proposta contra pessoa incapaz cujos interesses colidirem com os dos seus representantes legais, o juiz deverá, enquanto durar a incapacidade,

(A) nomear ao incapaz um curador especial.
(B) nomear ao incapaz um *amicus curiae*.
(C) determinar ao Ministério Público que assuma a representação do incapaz.
(D) determinar aos representantes legais do incapaz a indicação de terceiro idôneo para representá-lo.
(E) nomear um supervisor judicial para monitorar a conduta dos representantes do incapaz.

46. De acordo com o Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova

(A) admite defesa, mas não recurso, salvo apenas contra a decisão que deferi-la total ou parcialmente.
(B) é da competência, necessariamente, do juízo do foro onde esta deva ser produzida.
(C) não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
(D) só será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
(E) dispensa a citação, mesmo se existente caráter contencioso, bem como o recolhimento de custas, salvo aquelas estritamente necessárias à produção da prova.

Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 47 a 51, considere a Constituição Federal de 1988.

47. Leonilson praticou crime comum após se naturalizar brasileiro. Considerando que não se trata de crime político ou de opinião, Leonilson

(A) não poderá ser extraditado, pois o crime foi praticado após a sua naturalização.

(B) não poderá ser extraditado, pois não é possível, em nenhuma hipótese, a extradição de brasileiro, seja ele nato ou naturalizado.

(C) poderá ser extraditado, pois o crime foi praticado após a sua naturalização.

(D) não poderá ser extraditado, pois somente haverá extradição de brasileiro naturalizado no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, praticado antes ou após a sua naturalização.

(E) poderá ser extraditado, pois a extradição poderá ocorrer com o brasileiro naturalizado condenado definitivamente pela prática de crime comum ocorrido antes ou depois da naturalização.

48. O trabalhador rural terá, dentre outros, o direito ao

(A) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de 30 dias, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(C) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de três anos, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.

(D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, e o direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

(E) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

49. Laerte exerce seu segundo mandato consecutivo de Prefeito no Município "Y" e deseja, nas próximas eleições Municipais, reeleger-se ao mesmo cargo nesse Município. Laerte

(A) não poderá se candidatar à reeleição, salvo se tiver sido substituído no curso do seu mandato pelo Vice-Prefeito.

(B) poderá se candidatar à reeleição, desde que renuncie ao respectivo mandato até quatro meses antes do pleito.

(C) poderá se candidatar à reeleição, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

(D) poderá se candidatar à reeleição, sem necessidade de renunciar ao seu mandato.

(E) não poderá se candidatar à reeleição.

50. A discussão e votação do projeto de lei que disponha sobre a organização da Defensoria Pública da União terá início

(A) na Câmara dos Deputados, se for de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, e no Senado Federal, se for de iniciativa do Presidente da República, não se tratando de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

(B) na Câmara dos Deputados, se for de iniciativa do Presidente da República ou do Supremo Tribunal Federal, não se tratando de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

(C) no Senado Federal, sendo que leis que tratam dessa matéria são de iniciativa privativa do Presidente da República.

(D) na Câmara dos Deputados, sendo que leis que tratam dessa matéria são de iniciativa privativa do Presidente da República.

(E) no Senado Federal, se for de iniciativa do Presidente da República ou do Supremo Tribunal Federal, não se tratando de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

51. Na hipótese de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, perante o

(A) Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, apenas antes de iniciado o processo, em qualquer fase do inquérito.

(B) Superior Tribunal de Justiça, apenas o juiz federal, em qualquer fase do inquérito ou processo.

(C) Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, em qualquer fase do inquérito ou processo.

(D) Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, apenas antes de iniciado o processo, em qualquer fase do inquérito.

(E) Supremo Tribunal Federal, apenas o juiz federal, em qualquer fase do inquérito ou processo.

Direito Administrativo

52. Considere as seguintes características:

I. Sujeição às normas da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

II. Existência legal a partir da inscrição do ato constitutivo, na forma do artigo 45 do Código Civil.

III. Imunidade tributária, nos termos do artigo 150, § 2º da Constituição Federal de 1988.

IV. Previsão de suas despesas no orçamento fiscal componente da Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 165, § 5º da Constituição Federal de 1988.

Em relação às entidades da Administração indireta, todas as características acima se aplicam, sem exceções, às

(A) agências reguladoras.
(B) autarquias.
(C) empresas públicas.
(D) fundações públicas de direito privado.
(E) sociedades de economia mista.

---

53. Otelo, servidor público federal titular de cargo efetivo, foi acusado em processo administrativo disciplinar de utilizar computador do Ministério onde trabalhava para armazenar e difundir vídeos pornográficos envolvendo crianças e adolescentes, acusação que resultou em sua demissão. Dias após a publicação do ato demissional, Otelo cometeu suicídio, sem deixar quaisquer familiares ou dependentes. Cinco anos após a morte de Otelo, Iago, seu colega de repartição, também titular de cargo efetivo, encaminha ao Ministro de Estado uma carta em que confessa ter invadido o computador utilizado por Otelo sem o seu conhecimento e que era responsável pela prática da infração atribuída ao colega falecido, apresentando provas documentais da conduta confessada.

Diante da situação acima narrada e à luz da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) deve-se concluir que

(A) a confissão de Iago resultará em sua demissão sumária, sendo desnecessária a instauração de processo administrativo disciplinar.

(B) não será possível a revisão póstuma da penalidade aplicada a Otelo, visto que essa deve ser requerida por pessoa da família.

(C) a pretensão punitiva da Administração em relação a Iago encontra-se prescrita, pois a lei preconiza que a prescrição começa a correr da data da ocorrência da infração, sendo que os fatos ocorreram há mais de cinco anos.

(D) não será possível a revisão póstuma da penalidade aplicada a Otelo, visto que o prazo para anular o ato demissional prescreve em cinco anos, de forma fatal e improrrogável.

(E) a Administração deverá instaurar de ofício o processo de revisão da punição a Otelo, sendo que, caso conclua pela veracidade da confissão de Iago, deverá anular o ato demissional.

---

54. Leônidas, policial rodoviário federal, estava em gozo de férias com a família na praia, quando presenciou uma tentativa de assalto. Imediatamente, deu voz de prisão ao assaltante e imobilizou-o fisicamente, por meio de uma técnica de estrangulamento. Porém, acabou usando de força excessiva, o que levou o assaltante a óbito por asfixia.

Sabendo-se que a família do falecido pretende responsabilizar a União pelo evento e analisando a situação descrita, os requisitos para a responsabilidade estatal

(A) estão presentes, devendo a ação ser ajuizada em face da União e de Leônidas, em litisconsórcio necessário, dada a necessidade de investigar a culpa do agente.

(B) estão presentes, configurando-se hipótese de responsabilidade objetiva pela teoria do risco administrativo.

(C) não estão presentes, pois Leônidas não estava atuando na qualidade de servidor público.

(D) estão presentes, configurando-se hipótese de responsabilidade subjetiva pela teoria da culpa do serviço.

(E) não estão presentes, visto que a culpa da vítima exclui o nexo de causalidade.

---

55. Sobre a desapropriação, o Decreto-lei nº 3.365/1942, que estabelece normas gerais sobre o instituto, em sua redação vigente preceitua:

(A) É dispensada a autorização legislativa para desapropriação de bem de outro ente federativo, desde que seja realizado acordo entre os entes envolvidos, com fixação das respectivas responsabilidades financeiras relativas às indenizações.

(B) Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, não se poderá empregar arbitragem nos processos de desapropriação.

(C) A concordância escrita do expropriado com a imissão na posse do bem pelo expropriante implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.

(D) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará definitivamente, sem possibilidade de renovação.

(E) O expropriante poderá constituir servidões, que não serão indenizáveis.

56. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) estatui, a propósito da sanção de perda da função pública, que esta

(A) somente será aplicada nos atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, definidos no artigo 9º da referida lei.

(B) poderá ser convertida em cassação de aposentadoria, caso o agente ímprobo tenha se aposentado no curso do processo.

(C) não é aplicável nos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração pública, definidos no artigo 11 da referida lei.

(D) poderá ser executada a partir da publicação de decisão de mérito proferida em segundo grau de jurisdição.

(E) atinge todos os vínculos que o agente público ou político tenha com a Administração, mesmo que posteriores ao cometimento da infração.

Direito Administrativo e Administração Pública

57. Considere que o Estado pretenda celebrar um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, para construção, manutenção e operação, pelo prazo de 30 anos, de um hospital de alta complexidade, estimando que o valor do contrato seja da ordem de R$ 50 milhões. De acordo com a legislação de regência, a referida pretensão afigura-se juridicamente

(A) viável, desde que não envolva contraprestação pecuniária a cargo do parceiro público, admitindo-se apenas aporte de recursos em bens reversíveis.

(B) inviável, eis que a modalidade pretendida pressupõe a cobrança de tarifa do usuário, complementada por contraprestação do parceiro público, sendo viável, em tese, concessão administrativa.

(C) viável, sendo a Administração usuária indireta do serviço, podendo, em tal modalidade, arcar com a integralidade da remuneração devida ao parceiro privado.

(D) inviável, haja vista a extrapolação do valor contratual máximo para a modalidade pretendida, salvo se contar com autorização legislativa específica.

(E) inviável, haja vista a conjugação de objetos e a consequente restrição à competitividade, bem como a extrapolação do prazo máximo admissível para a modalidade pretendida (20 anos).

58. Considere que tenha ocorrido acidente com trem de passageiros em linha operada por uma concessionária privada, resultando em ferimentos graves em alguns ocupantes. A concessionária negou-se a indenizar os passageiros pelos danos sofridos no acidente, afirmando que não houve comprovação de culpa de seus agentes e que a responsabilização deveria recair sobre o Poder Concedente. Diante de tal cenário,

(A) a concessionária, dada sua natureza de pessoa jurídica de direito privado, responde pelos danos nos termos da legislação civil, inexistindo, por outro lado, responsabilidade extracontratual do poder público quando delega a prestação dos serviços.

(B) está correto o entendimento da concessionária, eis que apenas o titular do serviço, pessoa jurídica de direito público, responde objetivamente pelos danos decorrentes da prestação direta ou por terceiros, e a concessionária somente será responsável em caso de comprovação de culpa.

(C) a concessionária possui responsabilidade objetiva, que independe de comprovação de culpa, demandando comprovação de nexo de causalidade e ausência de excludentes de responsabilização, respondendo o Poder Concedente apenas em caráter subsidiário.

(D) tanto o poder concedente como a concessionária poderão ser responsabilizados pelos danos, sempre em caráter solidário, se não houver comprovação de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva de terceiros.

(E) trata-se de hipótese de responsabilidade subjetiva, que recai sobre o poder concedente ou, subsidiariamente, sobre a concessionária e seus agentes, condicionada à comprovação do nexo de causalidade e da culpabilidade de cada qual.

59. Considere que determinados municípios do estado do Rio Grande do Norte pretendam consorciar-se, tendo por objetivo a gestão associada de serviços públicos de transporte. Para tanto, de acordo com o que dispõe a legislação de regência,

(A) devem celebrar prévio protocolo de intenções, ratificado por lei, sempre que o consórcio ostentar natureza pública.

(B) o consórcio deverá adotar a forma pública, sendo constituído como entidade autárquica ou fundacional de natureza interfederativa.

(C) dependem de anuência do Estado, que poderá, também, participar do consórcio, salvo se os municípios forem integrantes de região metropolitana.

(D) o consórcio somente será possível se adotada a forma de associação privada, mediante prévia autorização legislativa de todos os entes consorciados.

(E) dependem da prévia celebração de convênio de cooperação entre os entes federados que pretendam consorciar-se.

60. Pedro, servidor público que atua em órgão da Administração, se deu conta de que havia emitido autorização de uso de um bem público, quando, pela normatização vigente, a competência para a prática do ato seria de seu superior, embora, no passado, já tenha recebido delegação para a prática de atos de tal natureza. Ciente da situação, o particular interessado solicitou a regularização do referido ato administrativo, o que

(A) é mandatório com base na teoria da aparência, desde que o particular comprove que não houve erro grosseiro no endereçamento do pedido.

(B) é juridicamente possível, porém demanda um juízo de conveniência e oportunidade do detentor da competência, eis que se trata de ato discricionário.

(C) constitui direito do particular, com base no princípio da confiança legítima, salvo se comprovado dolo ou má-fé.

(D) assegura a convalidação do ato, mediante ratificação, não sendo possível, contudo, a manutenção dos efeitos do ato praticado pela autoridade incompetente.

(E) afigura-se juridicamente inviável, eis que vícios de competência não são passíveis de saneamento, devendo o particular iniciar novo procedimento, autônomo, perante a autoridade competente.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] *Capítulo 10.* [...] *10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.10 do referido Edital.* [...] *10.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 do referido Edital. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 10.9.1 Para os candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência e/ou vagas para deficientes considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido* ***nota igual ou superior a 6,00 (seis)****. 10.9.2 Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, de acordo com a Resolução nº 516/2023 do CNJ, considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, conforme item 10.9.1 do referido Edital. 10.9.2.1 Restará habilitado o candidato preto ou pardo que obtiver* ***nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta)****.*

I

Como é sabido, o Direito do Trabalho nasceu por necessidade humanitária de regulamentar as relações de trabalho entre empregadores e empregados, visando à proteção destes, em especial contra a sua exposição às mais indignas e desumanas condições de trabalho na Revolução Industrial.

(MELO, Raimundo Simão de. Disponível em: **www.conjur.com.br**)

II

Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de "trabalho decente" sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

O "trabalho decente" é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT:

1. *o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);*
2. *a promoção do emprego produtivo e de qualidade;*
3. *a ampliação da proteção social;*
4. *e o fortalecimento do diálogo social.*

(Disponível em: **www.ilo.org**)

Considerando as ideias expostas em I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista a respeito da seguinte questão:

Em que medida a legislação trabalhista brasileira vem contribuindo com a promoção do "trabalho decente"?